

Nós, Daniel Blake: uma análise dos dispositivos de dominação e controle

Uiara Lopes Miranda

Juliana Cardoso Amaral

Lilian Bambirra de Assis

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os dispositivos de dominação e controle da sociedade contemporânea observados no filme *Eu, Daniel Blake*. O filme traz possibilidades de análise sob a ótica da sociedade disciplinar descrita por Foucault (1979, 1987, 1998, 1999, 2006, 2008) e que é revisitada no que Deleuze (1988, 1992, 1995) chama de sociedade de controle.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 5 | N. 14 | DEZEMBRO | 2018 | ISSN: 2358-6311



O mundo, desde remotos tempos, experienciou formas de dominação de uma determinada classe de sujeitos sobre outras, sendo retratada na literatura por meio de várias abordagens, desde o domínio da burguesia sobre o proletariado, até o domínio simbólico dos sujeitos. Foucault (1987) analisou o desenvolvimento da sociedade desde a época em que a dominação se estabelecia por meio de punições públicas, até a sociedade disciplinar, aprofundando a análise do poder e do sujeito na sociedade. A humanidade caminhou nos limites das relações entre os dominadores e dominados. Essas relações foram tomando contornos distintos ao longo da história, mas mantiveram-se baseadas em assimetrias de poder e dominação, onde um grupo de pessoas controla os processos econômicos, políticos e sociais e detém a primazia de fazer escolhas gerando relações desiguais de comando entre os sujeitos.

A sociedade contemporânea, fruto dessas relações históricas baseadas na dialética de poder e dominação, reflete essas interações com uma nova roupagem, os termos mudam, mas a dominação continua a se fazer presente. O controle e a dominação podem ser sentidos em várias esferas da vida, desde o início da vida social do sujeito em suas relações familiares e escolar, até o fim de sua vida. Através da conjugação de forças desiguais, os que detêm o poder econômico, político ou de qualquer ordem, subjuga os outros sujeitos às suas vontades. E uma parcela da população que está apartada e se encontra sob

domínio, possui poucas chances de escapar à lógica da exclusão. O sujeito aprende, desde muito cedo, a ser disciplinado, e essa disciplina é interiorizada e vista como algo natural.

Para avaliar como essas relações de poder, dominação e controle podem acontecer, de forma muitas vezes sutil, uma boa estratégia é avaliá-la por meio da análise fílmica. Os filmes trazem debates importantes e exemplificam questões que antes estavam no campo das ideias. O recurso visual das produções cinematográficas pode ser uma importante ferramenta didática que ilustra proposições e conceitos.

Eu, Daniel Blake é um filme que nos mostra exemplos de como essas relações de domínio e poder se dão na configuração de nossa sociedade atual. O filme narra a história de um sujeito ordinário que vive um drama pessoal e se vê circunscrito dentro de uma lógica de dominação que limita suas ações e o subjetifica. A liberdade e emancipação do sujeito são questionadas quando se percebe o personagem principal em uma situação de completa falta de opções, sendo dominado pelas forças do Estado e em relações entre os indivíduos. Para Deleuze (1992) a sociedade de controle utiliza-se de mecanismos sofisticados para subjugar os sujeitos às vontades de uma classe dominante. De um sujeito confinado passamos para um sujeito endividado; ao invés da dominação, a alienação. As

formas contemporâneas de controle e submissão são trazidas à luz nesta obra, bem como o papel da resistência e da luta que reafirmam as relações de poder.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão tratadas algumas teorias críticas a respeito das relações de poder, dispositivos de controle, dominação social e suas respectivas evoluções na sociedade contemporânea. Buscou-se uma revisão bibliográfica dos aspectos centrais identificados no filme *Eu, Daniel Blake*, sob os pensamentos dos teóricos trazidos para este artigo. Para tanto, primeiramente discorre-se sobre a sociedade disciplinar e os dispositivos de dominação e controle apresentados nas obras de Foucault (1979, 1987, 1998, 1999, 2006, 2008) e depois discute-se a visão de Deleuze (1988, 1992, 1995) no que tange à sociedade de controle.

2.1 Foucault: a sociedade disciplinar e os dispositivos de dominação e controle

Foucault (1979, 1987, 1998, 1999, 2006, 2008) desenvolveu escritos a respeito das relações de poder desde os primórdios da sociedade. Percorrendo diversos campos, o autor traz análises das relações de poder avaliando instituições tais como hospitais, prisões e escolas. Alcadipani (2002, p. 55) define poder na visão de Foucault “como um conjunto de correlações de forças que se auto constituem, produzem e organizam os domínios em que estão presentes e inseridas. O poder é

um feixe de relações mais ou menos coordenado, mais ou menos organizado”. Os indivíduos, vivendo em sociedade, estão sujeitos à essas relações de forças e aos dispositivos de dominação e controle que servem para sua subjetivação. Como dispositivos Foucault (2000, p. 244) explica que são:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Todos esses dispositivos servem para o exercício da dominação por meio da separação, classificação e subjetivação. O objetivo é classificar para melhor controlar e, aí então, exercer a primazia do poder por meio do domínio. O poder é concebido não como um estado mental, mas como um conjunto de práticas sociais e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos. A vigilância dos corpos e o controle do indivíduo no espaço e no tempo (através de dispositivos como prisões, por exemplo) são, portanto, segundo Foucault (1979), estratégias utilizadas pelo poder para garantir a docilização do indivíduo e torná-lo útil à sociedade.

Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) apresenta uma fase de transição no regime de punição da sociedade no início do Século XIX, em que os suplícios e execuções públicas dão lugar a uma nova forma de controle social. Essa mudança veio junto com a transição do sistema econômico da época, a queda do feudalismo e emergência do capitalismo, que trouxe uma abordagem mais descentralizada do exercício do poder. Os suplícios, caracterizados numa abordagem do poder punitivo, consistia na concentração do poder nas mãos do soberano que ordenava execuções em espaços públicos, de forma violenta e discricionária. Nesse novo cenário, os dispositivos de controle perdem seu caráter essencialmente violento e agressivo para ser exercido de uma nova forma, através da sua diluição no tecido social (Foucault, 1987). Os corpos passam a ter direitos e a liberdade torna-se algo extremamente valioso. A punição envolve a supressão de direitos, “o enclausuramento e trabalhos forçados visam reabilitar o indivíduo e se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas visando a um objetivo bem mais elevado” (Lavoura, 2009, p. 37).

No entanto, conforme ressaltado por Alcadipani (2010), essa mudança não significa a inexistência de mecanismos que façam uso da violência, mas sim que ela começaria ser usada de forma mais “controlada e pontual somente quando necessária para garantir a produção de corpos dóceis e submissos” (Alcadipani

2010, p. 93). A partir daí, buscava-se o esclarecimento da verdade e uma punição mais justa para os indivíduos que praticavam delitos, desviando-se o foco não mais para a punição pública e sim para a prevenção dos crimes. Nesse contexto, era exigido um aprimoramento dos dispositivos de controle e certa delegação do poder além da justiça, o que acabou por engrandecer o papel de instituições tais como a polícia, escolas, manicômios e prisões (Alcadipani, 2002).

Nesse sentido, surge a sociedade disciplinar e o relevante papel das instituições, visando à defesa da sociedade e adestramento dos indivíduos. Segundo Pereira “o poder passou a ser destinado à produção de forças e a seu crescimento e ordenação... Ou seja, o poder foi deslocado para a disciplina, a fim de tornar os corpos dóceis e produtivos” (Pereira, 2014, p. 39). As instituições, por meio de médicos, psicólogos, professores, começam a exercer o papel anteriormente exercido pelos “carrascos”, servindo de disciplina, controle e dominação do indivíduo. Elas utilizam-se de instrumentos, tais como disposição em filas, arranjos das celas e organização do espaço que indicam valores, segregam os indivíduos e refletem as microrrelações de poder (Lavoura, 2009).

A nossa sociedade é de vigilância e “sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade” mantendo-se o indivíduo «livre», mas fabricado minuciosamente através de táticas disciplinares, que passam por um treinamento e por circuitos de comunicação. Nós

somos um efeito de poder, que «reproduzimos» ou alimentamos esse mesmo poder, tal como os prisioneiros da máquina panóptica. Nós, no exterior, estamos no interior de uma máquina semelhante, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens (Lavoura, 2009, p. 44).

As relações de poder possuem um caráter dinâmico, móvel e instável, presentes nos mais diversos campos de uma sociedade. Conforme colocado por Cardoso (2012, p. 158), “toda sociedade impõe um controle social. Mas é exatamente esse controle que varia historicamente, devido às tecnologias políticas que caracterizam as relações de poder”. As grandes transições nas formas de controle social não apresentam limites claramente definidos, mas vão se sobrepondo aos poucos e tornam-se mais evidentes em determinadas épocas, sendo fortemente influenciadas pelo sistema econômico, pelo desenvolvimento do conhecimento e novas tecnologias.

Trazendo os pensamentos da genealogia do poder de Foucault, Abumassur (2016) diz que o poder é então capilarizado no tecido social, onde todos são, ao mesmo tempo e em diversos espaços, dominados e dominadores. Na sociedade disciplinar, por meio dos dispositivos disciplinares, “à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados” (Abumassur, 2016, p. 118). Para Foucault esclarecido



por Abumassur (2016, p. 118), “poder exercido na modernidade é um investimento político no corpo no sentido de torná-lo útil através da produção e submissão, e funciona de forma invisível e discreta para tornar o indivíduo um objeto visível, calculável e disciplinado”.

Foucault (2005) comparou as fases da economia com as formas de exercício do poder, demonstrando que, enquanto nas sociedades feudais utilizavam a inscrição geográfica e o pertencimento a determinada terra para controle dos indivíduos, no início do Século XIX com a formação da sociedade moderna o que interessa é a disponibilização do tempo de vida desses indivíduos ao sistema produtivo. O autor ressalta os dois elementos exigidos para a formação das sociedades industriais:

Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontramos o problema e as técnicas da extração máxima do tempo (Foucault, 2005, p. 116).

Foucault (2006) considera o poder como algo entranhado em todas as micro-relações, agindo sobre o indivíduo e seu corpo. Nesse sentido, Pereira (2014, p. 40)

traz a ideia da realocação do poder numa “economia política do corpo”, sendo ela direcionada tanto ao indivíduo quanto ao coletivo. Dessa forma, para possibilitar a influência nesses corpos é preciso desenvolver um saber ou, como descrito por Pereira (2014, p. 40), uma “tecnologia política do corpo que permitiria submeter os corpos e as vontades sem precisar recorrer simplesmente ao uso excessivo da força ou da violência”.

No ponto de vista de Foucault (1987), o poder e o saber estão estritamente relacionados, sendo o primeiro gerador do segundo. Não existe poder sem formação relacionada a um campo de saber e, da mesma maneira, não há um saber independente de alguma relação de poder. Por outro lado, Foucault (1987) coloca que o saber também pode ser considerado uma forma de ameaça, por se apresentar como um meio para reduzir o poder da classe dominante.

Nesse sentido, Foucault (1999) apresenta o mecanismo da biopolítica, em que a visão é voltada para o conjunto social e não apenas ao indivíduo isoladamente, aos processos populacionais, suas análises e a produção de saberes, seu principal objetivo era “gerir a vida” (Alcadipani, 2002, p. 75). Assim, a estatística, a biologia, e demais ciências começam a ter um papel importante nesse cenário, contribuindo para aumento da longevidade, controle de doenças e estudos sobre aumento da natalidade. Segundo Pogrebinschi (2004, p. 196), “o biopoder traz ainda consigo

novos mecanismos e novas instituições, tais como a poupança e a seguridade social. Essas instituições exercem uma função de regulamentação”. Sobre esse aspecto das instituições regulamentadoras e seu objetivo de manter a população sob determinado equilíbrio, Foucault (1999) diz que elas visam:

estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida. . . mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo: de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (Foucault, 1999, p. 293).

O Estado historicamente exerce papel importante no exercício do poder, através de seus dispositivos de controle. Para Foucault (1988, p. 130) “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”. Para o autor, o poder adentra outros campos do conhecimento trazendo a criação de novos mecanismos de controle e novas instituições. As políticas sociais são meios de exercer o poder:

A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela

gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas — escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações (Foucault, 1988, p. 131).

Com o passar do tempo, embora ainda presentes na sociedade e exercendo um papel regulatório e controlador dos indivíduos, aos poucos esse poder das instituições, concentrado nos espaços a elas vinculados, vão dando lugar a novas formas de dominação mais difusa e contínua. Esses novos mecanismos são apresentados por Deleuze (1992) na denominada sociedade de controle.

Deleuze: a sociedade de controle e seus novos dispositivos

Deleuze revisita diversos conceitos anteriormente apresentados por Foucault no que tange às relações de poder e dispositivos de controle, trazendo uma modernização das teorias diante de uma nova realidade social e econômica. Em meados do Século XX, o conceito da sociedade disciplinar apresentado por Foucault aos poucos começa a evoluir para a ideia da sociedade de controle, trazida por Deleuze. A partir desse momento, o indivíduo que era adestrado em espaços fechados tais como prisões, escolas, fábricas, dentre outros, passa a ser



controlado em locais abertos e subjetivamente submetidos a modulações permanentes (Cardoso, 2012).

Gomes (2002) retomando a evolução da sociedade no que tange às formas de controle, elenca as três grandes fases: a sociedade de soberania, que o poder emana do rei, similar à visão “jurídico-discursiva” de Foucault (1987) do poder vinculado ao cargo; a sociedade disciplinar, tratada na seção anterior, voltada para o poder através do confinamento e duração; e, finalmente, a sociedade de controle, na visão de Deleuze (1992) baseada na moratória ilimitada. Essa última revela novos mecanismos de dominação, de caráter mais subliminar, visando “o controle contínuo, simultâneo e descentralizado a partir de um sistema numérico de cifras e senhas” (Gomes, 2002, p. 7). Esclarecendo esses novos mecanismos, Deleuze (1992) diz:

A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda (Deleuze, 1992, p. 2).



Se por um lado o indivíduo passa a ter uma sensação de maior liberdade na sociedade de controle em relação aos espaços disciplinares, com a inserção da tecnologia, os dispositivos de controle foram aprimorados para permitir maior monitoramento e influência sobre o indivíduo. Alcadipani (2005) diz que essas são estratégias de poder, ideias que aparentemente surgem para solucionar algo ou melhorar a vida das pessoas, mas na verdade podem ser considerados novas formas de poder e controle. Embora com o exercício do poder de forma mais sutil e globalizada, Deleuze (1992) não considera a sociedade de controle melhor que as anteriores, mas uma transformação. Para ele “o importante é descobrir formas de resistência a este novo poder” (Gomes, 2002, p. 7).

Nessa nova fase, o biopoder engloba o corpo social como um todo, fazendo uso da tecnologia como forma de sedução do indivíduo. O propósito agora não é mais esclarecer ou persuadir, e sim atrair e seduzir. Diante disso, ainda que fora do ambiente de trabalho, da escola ou qualquer outra instituição, os sujeitos envolvidos nos instrumentos tecnológicos, acabam trazendo o controle e vigilância para o interior de suas casas e entregando voluntariamente seus dados para monitoramento. É o princípio da sedução do controle contrapondo-se à repressão da sociedade disciplinar.

Essa transição para a sociedade de controle foi novamente impulsionada por uma nova fase da economia, em que a diversificação de mercadorias e prestação de serviços começa ganhar força no capitalismo, estimulando o aumento do consumo e competitividade. Vargas (2015) fala dessa transformação sob a ótica de Deleuze:

Convocados a acolher as novas demandas de produção e de qualificação de sua mão de obra, os modos de gestão passaram a ser tratados com maior atenção e cuidado por parte dos administradores, economistas e juristas. É nesse sentido que a fábrica, aos poucos, foi dando lugar à empresa e nela a gestão por informatização e os processos de comunicação tornam-se centrais e estratégicos. (Vargas, 2015, p. 657).

Na sociedade de controle, Deleuze (1992) entende que a fábrica deu lugar à empresa, aparentemente mais flexível, porém controlando não apenas o tempo do indivíduo dedicado ao trabalho, mas toda sua existência. A delegação da responsabilidade ao próprio sujeito pelo desenvolvimento de novas habilidades e competências que proporcionem a manutenção de sua empregabilidade surge como exercício constante da autonomia do trabalhador. Considerando a busca pela máxima produtividade, o autor diz que “sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade,

que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos” (Deleuze, 1992, p. 221).

O sujeito passa a exercer papéis simultâneos na sociedade, extrapolando os limites institucionais e percorrendo os diversos campos sociais (Vargas, 2015). A autora coloca ainda que nesse novo contexto “o indivíduo sai da condição de trabalhador meramente dócil e obediente para assumir a condição de “participante e responsável”, conectado a uma ampla e complexa rede de controle” (Vargas, 2015, p. 657). Diante desse cenário econômico e da nova estratégia de dominação, o controle assume uma visão de curto prazo, dinâmico e “opera uma modulação universal” (Lavoura, 2009, p 58.). O homem não mais é o homem recluso e sim o endividado, tendo em vista o estímulo consumista e desenvolvimento das táticas de marketing (Lavoura, 2009). Seguindo a lógica básica do capitalismo, o trabalho e o consumo são elementos fundamentais para manutenção da ordem social. Fato este que proporcionou o avanço das estratégias de marketing, abarcando ações subjetivas e psicológicas para seduzir o sujeito. Corroborando a relevância do marketing na sociedade contemporânea, Deleuze (1992) afirma que:

O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação



rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua (Deleuze, 1992, p. 224).

Silva (2016) faz uma comparação entre a disciplina e o controle por meio dos estados físicos da matéria, em que se a disciplina for considerada sólida, o controle é gasoso. Na sociedade do controle não há fronteiras ou limitantes, “o controle atua passando despercebido, espalha-se e penetra em todas as frestas, não necessitando que seus sujeitos estejam em condições de legitimá-lo; basta respirar o mesmo ar que os outros” (Silva, 2016, p. 5). Outra característica da sociedade de controle é a flexibilidade, que pode ser demonstrada em “nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal” (Deleuze, 1992, p. 221).

Demonstrando ainda a transição do modelo disciplinar para o controle, Silva (2016) traz os reflexos dessas mudanças para o indivíduo. Anteriormente, sob o confinamento, esse indivíduo vivia a disciplina. No entanto, agora esse vínculo demonstra maior consistência, uma vez que o aprisionamento pode estar no interior do próprio indivíduo, independentemente de onde ele estiver. Dessa forma, tem-se “o nascimento de um novo homem, cuja subjetividade da era disciplinar se modifica/adapta sob a égide do controle” (Silva, 2016, p. 5).

Discorrendo a respeito do papel do indivíduo na sociedade e a formação de sua subjetividade, Deleuze acredita que esta se constrói de maneira empírica e através da interação social (Silva, 2016). O indivíduo é moldado pelas circunstâncias e experiências sociais vivenciadas em seus trajetos singulares na sua família, no trabalho, na escola.

METODOLOGIA: ANÁLISE FÍLMICA

O presente trabalho teve como objetivo analisar os dispositivos de controle da sociedade contemporânea e das relações de poder e dominação observados no filme *Eu, Daniel Blake*. Este artigo partiu de uma análise qualitativa utilizando-se da metodologia de análise fílmica que, segundo Penafria (2009) consiste na decomposição do filme. A análise fílmica pode ser dividida em duas relevantes fases: primeiramente realiza-se a separação dos elementos constituintes do filme, descrevendo-os; e então, interpretar e explorar as relações entre os trechos segregados.

Segundo a autora, é importante ressaltar a diferença entre a análise e a crítica, pois esta última faz um juízo de valor diferente da análise. Assim, este estudo não visa o desenvolvimento de uma crítica do filme, mas apenas uma análise sob a ótica da teoria dos autores referenciados.



O uso dos filmes como recursos metodológicos para compreensão e discussão de conceitos teóricos têm sido amplamente adotado, por meio do uso de imagens, sons e metáforas, uma possível realidade é demonstrada trazendo elementos cotidianos que refletem as percepções do universo. De acordo com Ipiranga (2005), a utilização desse recurso traz uma relação inegável com o processo de aprendizagem, por meio do debate e confronto de ideias.

No contexto da análise fílmica, Penafria (2009) segrega a metodologia em quatro grandes blocos, podendo a análise ser direcionada para o aspecto textual, de conteúdo, poética e de imagem e som. Este estudo visou uma análise de conteúdo do filme escolhido, com algumas colocações de imagens e som. De acordo com (Penafria, 2009, p. 6) a análise de conteúdo “considera o filme como um relato e tem apenas em conta o tema do filme”, primeiramente identifica-se o filme, faz-se um resumo e, posteriormente, o decompõe considerando o assunto estudado.

Para se analisar os dispositivos de controle da sociedade contemporânea e das relações de poder e dominação observada no filme *Eu, Daniel Blake* à luz de Foucault (1979, 1987, 1998, 1999, 2006, 2008) e Deleuze (1988, 1992, 1995) se fará uma breve apresentação do filme e posteriormente a identificação de algumas cenas que retratam os aspectos abordados no referencial teórico. E, finalmente, serão apresentadas as considerações finais.

APRESENTAÇÃO DO FILME: QUEM É DANIEL BLAKE?

Daniel Blake é um homem de meia idade que sofre um ataque cardíaco e busca por assistência financeira governamental, em uma cidade inglesa, nos dias atuais. Daniel busca na previdência, auxílio por incapacidade laboral já que os médicos o proibem de trabalhar pelo risco iminente de vida, mas vendo que o processo burocrático é moroso, ele decide buscar assistência por meio do seguro desemprego inglês. As agências de fomento do trabalho, porém, só aceitam pagar a assistência caso ele se comprometa a procurar emprego conforme determinadas regras. Diante do dilema de trabalhar com uma condição de saúde grave ou aguardar a assistência estatal, Daniel Blake se vê em situações frágeis onde as instituições, e os indivíduos que dela fazem parte, determinam sua condição de miséria, agravado pelo fato de ser um analfabeto digital. Ele conhece, em um dado momento Katie, com seus dois filhos, e que também enfrenta problemas de desamparo social. O carinho e preocupação que demonstra por Katie e seus filhos contrastam com a forma como é negligenciado pelos aparelhos estatais. Personagens como trabalhadores da assistência governamental e vizinhos surgem trazendo pesos e contrapesos na visão da assistência social com algumas reflexões.

O filme é de Ken Loach, um cineasta inglês que já fez filmes com temáticas sociais e de políticas públicas na Grã-Bretanha. O filme ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 2016 e outros quatorze prêmios de prestígio em festivais ao redor do mundo, contando uma história atemporal e universal. A obra, segundo seu idealizador Ken Loach (2016), é um convite à discussão sobre formas institucionalizadas de segregação financeira. Daniel Blake é interpretado pelo ator Dave Johns de aparência ordinária e distante dos padrões dos personagens principais cinematográficos. É um homem que estabelece uma relação próxima ao espectador pela fácil associação e normalidade. As cenas não utilizam recursos de impacto, como contraste de cores ou música, para reforçar um estímulo emocional; o filme traz cenas do cotidiano. O poder de emocionar e trazer o espectador para perto do filme se dá por meio da história narrada.

Buscou-se neste artigo analisar os dispositivos de controle da sociedade contemporânea e das relações de poder e dominação observados no filme Eu, Daniel Blake. A análise contempla os mecanismos da sociedade moderna de controle para além das questões de miséria social e da burocracia, com seu distanciamento entre as políticas públicas e seus usuários, e abarca os mecanismos de sujeição, da disciplina ao controle, descritas por Foucault e Deleuze. O filme se estabelece por meio de várias relações de poder e têm os dispositivos de controle do Estado (previdência e trabalho) o instrumento que

perpassa todas essas relações, Daniel tem sua vida subjugada por essas relações. Para Foucault (2006) não é o homem que dá origem às relações de poder, mas sim é o seu produto.

As próximas seções trarão cenas escolhidas para a análise fílmica sob os aspectos da relação dialética entre dominação e controle. Essas relações se observam ao longo do filme, mas para melhor compreensão dos conceitos optou-se por analisar algumas cenas específicas que se seguem.

5 ANÁLISE DE DADOS

5.1 Cena 1: Diálogo Inicial [A segregação por classificação: somos aptos ao trabalho?]

Na cena inicial, enquanto se apresentam os primeiros créditos do filme, uma tela preta é exibida onde se pode apenas ouvir o diálogo entre Daniel Blake e a atendente da previdência. Pela falta de imagem, a atenção se volta ao estímulo auditivo e escuta-se a voz da mulher não identificada, enfadonha e com uma cadência específica, que nos remonta à repetição e a monotonia da burocracia. Como se verá na segunda cena analisada, a burocracia e sua impessoalidade são apresentadas como um obstáculo que desumaniza as relações sociais. Porém, o objetivo neste trabalho não é discutir a burocracia, mas sim a quem ela interessa, sendo esta análise aprofundada no item 5.2.

Nos créditos iniciais do filme a burocracia se apresenta como um primeiro obstáculo a ser vencido, a dominação do Estado que se materializa por meio da atendente. Uma distância que propositalmente se estabelece nesta primeira relação humana, o distanciamento necessário para classificar o sujeito, o olhar do dominador sobre o dominado, o afastamento que segrega e aparta. A atendente declara não entender as respostas dadas por Daniel (um formulário de 52 páginas já havia sido preenchido!) e busca por respostas, não por meio da escuta, mas sim por meio de mais perguntas. Ela não está aberta ao diálogo, o objetivo é apenas atribuir pontos e classificar Daniel para que o Estado decida o que deve ser feito.

Diante de perguntas redundantes e pouco esclarecedoras Daniel diz: “a gente está cada vez mais longe do meu coração”. Essa frase demonstra a preocupação de Daniel em se fazer entender, onde o objetivo é declarar que ele sofreu um enfarto que o impede de trabalhar. Ao mesmo tempo, esta fala toma outros contornos que demonstra a relação que desumaniza o sujeito. Diante da impessoalidade que se apresenta, a falta de empatia, a necessidade de classificar e subjetificar o sujeito, a mensagem é de uma relação que se distancia das interações humanas e se aproxima da relação de dominação.

O diálogo continua quando a atendente pergunta: “Você tem alguma dificuldade significativa em se comunicar com estranhos?” ao que Blake responde: “Sim, está sendo muito difícil”. O personagem aponta para a falta de disposição ao diálogo, tem-se uma relação fria entre o braço estatal que domina e o sujeito sem voz, que fala, mas não é ouvido, “tento lhe dizer, mas você não escuta” completa. Em seguida existe uma ameaça velada da previdência, segue-se: “Sr. Blake, se continuar falando desse jeito, não ajudará muito em sua avaliação”. É esta a relação de poder que se estabelece: a vontade do Estado que predomina e os sujeitos que são impelidos a agir de determinada maneira e sem direito ao questionamento. O Estado faz valer seu desejo por meio de suas estruturas de poder, cabe aos sujeitos dominados obedecer. Daniel Blake se mostra resignado e cumpre o que lhe é estabelecido.

Está presente nesse primeiro diálogo, uma mostra das relações de poder descritas por Foucault (2006) que irão se estabelecer entre Daniel e sua urgência em assistência financeira, e os dispositivos de controle do Estado que tentam o classificar subjetivando o personagem; nesse caso, por meio de um longo questionário que irá determinar se ele está apto ou não a receber o benefício previdenciário. Foucault (2006), que analisou as estruturas do Estado e suas instituições, demonstra como as estruturas e os processos não são apenas meras burocracias institucionalizadas pelo Estado, mas sim dispositivos estratégicos de

controle do poder que buscam normatizar a sociedade a fim de classificar, padronizar e separar os sujeitos para a sua subjetivação. Portanto, no primeiro momento do filme, tem-se uma estrutura estatal agindo a fim de classificar Daniel Blake no grupo apto a atividade laboral ou não apto a atividade laboral. Como pode ser observado mais adiante no filme, Daniel atinge apenas doze dos quinze pontos necessários para se ter acesso à assistência previdenciária.

Quando se tem acesso à imagem de Daniel, um sujeito de aparência normal em que qualquer espectador pode ser identificar, ele anuncia que sofreu um ataque cardíaco demonstrando enfim, sua incapacidade laboral, ao menos temporária. A assistente nesta cena representa um braço estatal, a previdência, que exerce o controle sobre os sujeitos por meio de mecanismos, como a burocracia, que buscam separar ao invés de integrar os sujeitos na sociedade. Foucault (1998) descreve este tipo de dominação, o biopoder, como o exercício do poder sobre toda a população de forma massiva, por meio de estruturas estatais como a previdência. Para o autor, o biopoder adentra outros campos do conhecimento trazendo a criação de novos mecanismos de controle e novas instituições como a seguridade social. As políticas sociais são meios de exercer o biopoder. Para Prestes Motta (1981, p. 41) "toda e qualquer organização é de alguma forma econômica, repressiva e ideológica". As organizações reproduzem em certa medida a vontade de uma classe dominante sobre os sujeitos.

Daniel Blake está sendo subjetivado por meio do biopoder onde o Estado, com seu dispositivo de controle (a previdência), estabelece a disciplina e mantém o domínio sobre a população. Bourdieu (2012, p. 30), define que o Estado é a posse do monopólio da violência física e simbólica e que existe uma espécie de crença de que cabe à ele a organização da vida social dos sujeitos por meio de estruturas que impõem uma forma de estar no mundo. Para o autor, o Estado é um fetiche político, uma crença coletiva de fonte de poder onde se tem princípios de representação legítimos.

5.2 Cena 2: Conversa com o vizinho [A segregação por exclusão: temos acesso à informação?]

Uma importante fala no filme introduz a temática fundamental para compreensão dos conceitos aqui propostos: “eles só ficam te enrolando, estou te alertando, vão te martirizar o quanto podem. Não é por acaso. Faz parte do plano. Quantos não aguentam e desistem?”. Esta fala é a do vizinho que mostra a facilidade em se fazer um requerimento online confrontando a dificuldade encontrada por Daniel. O personagem principal então diz: “estão errados se pensam que vou desistir”. Daniel tem seu pedido de assistência previdenciária por incapacidade laboral negado e decide entrar com o pedido de seguro desemprego. O pedido é feito por meio de um formulário disponível somente online, o que se torna um desafio já que Daniel é um analfabeto digital.

Para o idealizador do filme Ken Loach (2016), a história conta como a institucionalização da segregação produz indivíduos alienados: uma segregação por meio do analfabetismo digital e outra por meio da negação do acesso à informação.

O porquê de a burocracia existir e à quem ela serve são questões que devem ser levadas em consideração quando se analisa a sociedade à luz de Foucault e Deleuze. A burocracia e a negação do acesso à informação podem ser entendidas como dispositivos de controle, “a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou à rejeição” (Deleuze, 1992, p. 222). Como o vizinho de Daniel o alertou “faz parte do plano”, Deleuze (1992) entende que a sociedade de controle se utiliza de modulações digitais para o contínuo processo de sujeição. Para o autor, a internet seria a nova prisão descrita por Foucault que delimita o sujeito, classificando-o e subjugando-o.

Daniel se vê preso nas amarras da tecnologia que subscreve sua ação limitadamente o levando à segregação social. Em cenas anteriores são apresentadas várias dificuldades de Daniel Blake em utilizar as novas tecnologias, mesmo movimentar o cursor na tela do computador é um grande desafio. Daniel Blake é um analfabeto digital, um sujeito detentor de conhecimento e experiência profissional, que se vê de repente, na nova

configuração tecnológica social, como um sujeito desprovido de conhecimento, um indivíduo que em um dado instante de sua trajetória se vê excluído, pois não consegue mais utilizar as novas linguagens. Um sujeito que é apartado da sociedade, que já não possui o mesmo valor social, que acumulou conhecimentos durante toda uma vida e que, agora, já não serve para a classe dominante. As regras impostas que afastam os sujeitos da informação reafirmam os processos de subjetivação da formação social. Os novos aparatos de informática e as novas formas de produção e de acesso à informação demonstram a evolução e sofisticação por que vem passando os dispositivos de controle tornando o processo de subjetivação mais eficiente. Deleuze (1992) diz da implantação lenta e latente de um novo regime de dominação; já não se tem a dominação sob a perspectiva do indivíduo e da massa, mas na sociedade de controle, existe uma individuação dentro do coletivo. Existe uma captura da multiplicidade onde os sujeitos vivem suas diferenças dentro de padrões pré-determinados. A sociedade de controle, ao longo da história, vai se adaptando para refinar o controle sobre os indivíduos. Alcadipani (2005) diz que alguns instrumentos que surgem para supostamente melhorar a vida das pessoas são, justamente, novas formas de poder e controle.

Daniel Blake enfrenta uma série de dificuldades não conseguindo preencher o formulário online mesmo após várias tentativas. Diante desse quadro, ele decide finalmente buscar ajuda, não do Estado, que demonstrou não estar presente para

auxiliá-lo, mas sim de um vizinho, uma pessoa próxima. O vizinho preenche e imprime o formulário em poucos minutos e Daniel questiona: "eles (Estado) poderiam ter me dado isso, assim (com rapidez)". E então o vizinho levanta o importante questionamento: a burocracia não existe por um mero acaso, ela existe com um propósito, ela serve para a dominação e subjetivação da sociedade tornando os sujeitos classificados e controlados.

5.3 Cena 3: Seguro Desemprego [A segregação por imposição: somos merecedores?]

O filme exhibe uma cena em que a assistente responsável pela análise do seguro desemprego impõe uma penalidade de quatro semanas sem receber o auxílio por julgar que Daniel não se esforçou o suficiente para conseguir um emprego. A câmera se aproxima dos rostos de Daniel e da assistente mostrando um olhar duro e pouco empático desta última. Uma decisão tomada em poucos segundos por uma atendente traz consequências graves à vida de Daniel Blake. Daniel está sendo subjugado por meio das relações de poder estabelecidas entre os indivíduos que compõem os aparelhos estatais. Esta cena é analisada já que traz uma perspectiva em que os instrumentos de segregação agem, agora não mais por meio de aparelhos do Estado, mas sim por meio de micro relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos. No filme a dominação que se estabelece nessas relações, se dá por meio da penalidade.

Daniel Blake precisa se submeter à uma apreciação subjetiva para continuar recebendo o benefício do seguro desemprego. A cena traz uma conversa entre ele e a pessoa responsável pela análise de toda a situação e que irá determinar se Daniel é merecedor do recurso ou não. É possível verificar o Estado agindo sobre o sujeito, mas também enxerga-se que toda a situação depende do julgamento de uma única pessoa que se encontra nessa estrutura estatal. A pessoa, aqui tratada como assistente, irá estabelecer um juízo de valor, é ela quem irá determinar a situação financeira de Daniel. O poder de decisão está concentrado nesta atendente. Ao contrário da primeira cena onde a atendente iria preencher um formulário para posterior análise e classificação (da previdência), o caso agora mostra uma situação concreta em que apenas um indivíduo tem o poder de decidir e agir por ou contra alguém. Esse é um exemplo que demonstra que o poder não está concentrado apenas nas estruturas de controle (como apresentado na primeira cena analisada por meio da previdência social), mas que ele pode estar difusamente espalhado por todo o tecido social.

Foucault (2006) diz que o poder se exerce nas microestruturas, nas relações diárias entre indivíduos. Os indivíduos que trabalham nos aparelhos do Estado estão dotados de poder, são eles os detentores do conhecimento e com a capacidade de conceder ou não o benefício social. São essas relações que sustentam a sociedade disciplinar, pois somente a perspectiva da dominação do

Estado, subjugando a sociedade, não seria o suficiente para explicar todo o sistema de controle disciplinar. Os sujeitos também adentram à lógica da dominação. Foucault (2006) ressalta a importância dessas relações de poder, que se exercem a nível do cotidiano dos indivíduos, como forma de sustentação da ordem posta. O poder não se faz sentir apenas por meio do aparelhamento do Estado, mas sim está enraizado nos tecidos sociais provocando uma sensação de rede inescapável. A questão essencial, a saber, não é de onde vem o poder, como aponta Deleuze (1988), mas saber como ele se exerce.

Para Abumanssur (2016) a visão foucaultiana de poder é que ele não está centrado na figura de um detentor do poder, mas sim está circunscrito de forma geral em todos nós, ora somos dominadores, ora somos dominados em diferentes maneiras e graus. As relações de poder podem se estabelecer em diversos níveis das relações sociais, como acontece no filme entre Daniel e os trabalhadores do aparelho estatal. Daniel precisa se sujeitar à um processo de análise que o classificará e o subjetivará. As instituições e organizações onde os sujeitos se circunscrevem seguem a lógica da dominação do Estado, adquirindo características de dominadores. Bourdieu (2001) diz que o poder e a dominação são exercidos de forma discreta e muitas vezes não percebidos existindo indivíduos que exercem a dominação e o poder relacionando a dominação às práticas sociais.

5.4 Cena 4: Workshop do Currículo [A empregabilidade como sujeição]

Daniel Blake foi objeto da dominação exercida pela figura da atendente descrita na cena 3. Ela sentenciou que, diante da não-ação de Daniel, ele deveria participar de um *workshop* para elaborar seu currículo e assim, ajudá-lo a conseguir um emprego. A cena então mostra um palestrante que tenta incutir a ideia de que o desempregado é o único responsável pela sua situação, já que não é qualificado o suficiente ou que seu currículo não foi elaborado de forma satisfatória. O palestrante usa a todo tempo a palavra fato depois de uma afirmativa, para tentar mostrar que as frases apontadas são realmente um fato e não um julgamento de valor. Daniel responde as provocações: “Se você sabe contar, é óbvio. Não há trabalho suficiente. Fato”. Daniel questiona os “fatos” apresentados pelo palestrante com um fato (escolhendo a palavra tão utilizada pelo palestrante): existe um desemprego estrutural. O caso apresentado pelo palestrante, de mil e trezentos (1.300) candidatos que se apresentaram para apenas oito (8) vagas, se deve a um fator econômico conjuntural, ideia essa rejeitada pelo palestrante. Nas palavras do idealizador do filme, Ken Loach (2017): “o Estado cria a ilusão de que, se você é pobre, a culpa é sua”.

A cena se desenrola então em torno dessa nova verdade produzida em que o sujeito precisa ser “empregável” revelando como o conjunto dos discursos pode

corroborar na construção de prisões invisíveis. Daniel, após uma penalidade de quatro semanas sem receber o auxílio financeiro, não está se esforçando o suficiente, ele precisa ser empregável, não é atrativo perante o mercado, portanto é o único responsável pela sua situação de miséria. No *workshop* para confecção do currículo, o palestrante utiliza do discurso da empregabilidade para incutir no sujeito a responsabilidade pela exclusão social e a falta conjuntural da oferta de trabalho. Para Deleuze (1992) essa nova forma de controle constrói prisões invisíveis, o sujeito se sente aprisionado a um determinado papel social onde o marketing agora é um instrumento de controle social, o sujeito precisa se “vender” para o mercado, fazer seu “marketing pessoal” como diz o palestrante.

Para Lemos, Rodriguez e Monteiro (2011) a questão da empregabilidade pode ser entendida como um mecanismo utilizado, uma verdade construída, que mais segrega do que incorpora o sujeito, impondo uma forma comportamental que se adeque à sociedade disciplinar descritas em Foucault. Para os autores: “... a empregabilidade menos como garantidoras de autonomia individual e mais como perpetuadoras da submissão dos trabalhadores à dinâmica do sistema produtivo” (Lemos, Rodriguez & Monteiro, 2011, p. 587). Os autores argumentam que o termo empregabilidade é um discurso histórico vitorioso construído para a manipulação dos saberes e subjugação do sujeito; um tipo de construção dos saberes conforme aponta o método arqueológico de Foucault (2008, p. 209) que diz:



“um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso”. Para Foucault (2008) o conhecimento é uma verdade cristalizada por uma época, em uma determinada sociedade e que está impregnado de concepções que refletem uma prática discursiva definida.

Portanto, da sociedade disciplinar que se utiliza das estruturas do Estado para subjetivar os sujeitos (cena 1) passa-se para o questionamento das burocracias e seu real papel na sociedade moderna (cena 2). De um macro das estruturas estatais, se adentra as formas como as relações de poder e dominação se apresentam em micro estruturas e nas relações sociais (cena 3) e finalmente esta cena apresenta um exemplo de como o controle e a dominação tem tomado novos contornos com a produção de discursos que perpetuam as relações de dominador e dominado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os dispositivos de controle da sociedade contemporânea e das relações de poder e dominação observados no filme Eu, Daniel Blake. O filme mostra a luta travada entre Daniel Blake e os dispositivos de controle do Estado que subjuga e segrega o sujeito levantando a reflexão do porquê de a sociedade se constituir da forma como está, apesar do sofrimento e



miséria humanos. A dominação e o poder exercidos são sentidos desde relações construídas no dia a dia dos sujeitos, até o poder presente das instituições que moldam o comportamento social. Mais do que mostrar a burocracia que estrangula o homem contemporâneo, leva à reflexão do porquê de sua existência e a quem ela serve.

Essa complexa rede de interações entre sujeitos e instituições e entre dominação e resistência, subscrevem nossa sociedade. Os sujeitos são, em alguma medida, donos de sua história e desempenham papéis numa relação de dominação e poder, mas ao mesmo tempo, são subjetivados dentro de uma estrutura que limita suas ações e impõe a vontade da classe dominante. Foucault (1987) e Deleuze (1988) acreditam que as sociedades são historicamente construídas de forma a exercer o controle sobre os sujeitos os subjugando a determinados interesses por meio de novos aparatos e dispositivos refinando o exercício do controle. Da sociedade punitiva passamos à sociedade disciplinar, e desta, à sociedade de controle. Os mecanismos e dispositivos de controle se modificam ao longo dos anos e o que resta é a sujeição à interesses determinados. A história da humanidade foi sendo construída por meio de relações de dominação e de poder que ainda podem ser sentidas.

O filme traz exemplos de como se dá essas relações. Em um primeiro momento mostrou-se como as estruturas estatais agem para a subjetivação dos sujeitos por meio da cena 1 mostrando a segregação pela classificação, afinal somos aptos ao trabalho? As macro estruturas de poder do Estado, no filme os órgãos de previdência e trabalho, agem a fim de classificar Daniel Blake dentre o grupo apto ao trabalho ou não. A classificação favorece o controle que é exercido de forma mais eficiente.

Na segunda cena escolhida para análise tem-se o questionamento do papel da burocracia na sociedade moderna, afinal a quem a burocracia serve? O filme mostra que todo o processo burocrático institucionalizado pelo Estado não é por acaso e serve a um propósito. Mais do que discutir a impessoalidade e inoperância da burocracia, este artigo buscou aprofundar as análises. Dado que a burocracia está posta, ela serve a quais interesses? O vizinho de Daniel Blake ajuda a elucidar essa questão trazendo que ela serve para apartar os sujeitos de seus direitos, assim sendo, exercendo a completa dominação sobre os indivíduos.

A terceira cena analisada mostra que o poder é exercido não só pelas estruturas de controle, mas também pelos próprios indivíduos sendo que as relações permeiam todo o tecido social e o poder se apresenta de forma difusa nas relações sociais entre os indivíduos. A quarta e última cena analisada mostra os

novos aparatos de dominação e controle que continuam a surgir com a construção de discursos, como o de que o sujeito precisa ser “empregável”, para manter os privilégios e dominação de uma classe dominante sem que seja questionada.

Percebe-se que a dominação se dá através de redes, algumas vezes visíveis, e outras tantas invisíveis, que estão intrinsecamente enraizadas nas relações sociais e na forma constituída da sociedade contemporânea. Afinal, será que estamos fadados a sermos controlados por essa rede de forma inescapável? Existe mesmo um quase determinismo que nos paralisa? Devemos então nos render já que não há formas de mudar essa estrutura? A cena final do filme busca a resposta para algumas dessas perguntas.

Em uma das últimas cenas, Daniel se levanta contra a dominação e assume uma postura de revolta e resistência diante dos dispositivos de controle que dominam sua existência. Ele decide por realizar um protesto, um ato solitário, mas carregado de simbolismo e beleza. Uma cena marcante que não muda as estruturas sociais, mas rompe com um padrão de poder e lhe confere uma sobrevida, pois finalmente tem seu recurso marcado perante a justiça inglesa. É uma ruptura, uma rachadura das estruturas que consegue amplo apoio e admiração de outros sujeitos. Afinal, como pergunta Foucault (1979) em seu artigo:

“É inútil revoltar-se?” Para o filme a resposta é ambígua. Em certa medida a resposta é não, pois Daniel conseguiu finalmente o que desejava: a marcação da apelação. No entanto, não foi o suficiente para que houvesse mudanças estruturais significativas.

O poder, segundo Foucault (2006), está presente nas relações e interações sociais e existe apenas quando há resistência. As revoltas e os enfrentamentos cotidianos do sujeito ordinário, em muitos casos, não causam uma mudança profunda e estrutural, mas podem instituir debates no cerne da sociedade. Já que o homem é construído historicamente, que não haja apenas uma narrativa, aquela a quem diria Foucault e Deleuze da classe dominante, mas sim profundos debates que construam nossa existência. Debates que se transformam, de forma dialética, por meio da luta e da resistência, em novos saberes.

Deleuze (1992) também coloca a questão da resistência como uma condição para a existência do poder. Na visão de Deleuze, os dispositivos de controle “codificam e reterritorializam”, o que quer dizer que os poderes funcionam também de forma repressiva, pois “esmagam não o desejo como dado natural, mas as pontas dos agenciamentos de desejo” (Alvim, 2009, p. 7). Sendo assim, a resistência vincula-se menos à ideia de contraposição e mais à forma como um campo social esquia-se nas diversas direções. O autor defende a ideia de sempre resistir ao modelo

imposto, às formas de controle, ele traz a questão dos movimentos sociais e revoluções que, a seu ver, “criar é resistir” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 143).

O cineasta Ken Loach (2017) diz que a luta é necessária e que gostaria de ser lembrado como alguém que não se rendeu: “não se render é importante porque a luta continua”. Para Deleuze (1992) é necessário que não nos habituemos com as sociedades de controle, obedecer é uma questão de hábito que deve ser combatida. Deleuze e Guattari (1995, p. 142) dizem que é preciso resistir: “resistir, resistir à morte, à servidão, ao intolerável, à vergonha, ao presente”.

Daniel Blake está circunscrito na lógica da dominação estabelecida pela sociedade disciplinar e de controle. Ele é um personagem que retrata os sujeitos de nossa época, que se configuram dentro de padrões de comportamentos, onde uns tem mais poder que outros e, munidos de certas características sociais, definem as relações e as redes de interação e controle social. Daniel é o homem contemporâneo apartado da sociedade, segregado e subjetivado, sob dominação, controle e liberdade vigiada. Este sujeito, ao mesmo tempo em que representa o dominado, representa também o enfrentamento, o não conformismo e a resistência apresentando o arquétipo da mudança que se desenvolve no dia a dia, por meio das lutas diárias e da não submissão, ajudando a formar o sujeito emancipado que constrói a história da sociedade de uma época. Daniel Blake somos, na verdade, todos nós.

REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra Travessia*, 5, 9-16.

Alcadipani, R. (2010). Violência e masculinidade nas relações de trabalho: imagens do campo em pesquisa etnográfica. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(1), 92-110.

Alcadipani, R. (2005). Réplica: a singularização do plural. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), 211-220.

Alcadipani, R. (2002). *Michel Foucault: poder e análise das organizações*. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Alvim, D. M. (2013). Foucault e o primado das resistências. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 20, 22-30.

Alvim, D. M. (2009). O rio e a rocha: resistências em Gilles Deleuze e Michel Foucault. *Intuitio*, 2(3), 78-90.

Bordin, M. T. (2014). O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. *Revista Saberes: Filosofia e Educação*, 10, 225-235.



Bourdieu, P. (2012). *Sobre o Estado. Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bourdieu, P. (2001). *Sobre o poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cardoso Junior, H. (2012). Ontopolítica e diagramas históricos do poder: maioria e minoria segundo Deleuze e a teoria das multidões segundo Peirce. *Veritas*, 57(1), 153-179.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: 34.

Deleuze, G. (1988). *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *O que é a filosofia?* São Paulo: 34.

Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária

Foucault, M. (2006). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra.

Foucault, M. (2005). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.



Foucault, M. (2000). Sobre a história da sexualidade. In: M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 137-162). Rio de Janeiro: Graal

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1998). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis. Vozes.

Foucault, M. (11 maio 1979). É inútil revoltar-se? *Le Monde*, p. 1-2.

Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.

Gomes, M. B. (Setembro, 2002). Do controle social à sociedade de controle. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Salvador, BA, Brasil, XXV.

Ipiranga, A. S. R. (2005). A narração fílmica como instrumento da ação formativa: um enfoque semiótico. *Organizações & Sociedade*, 12(32), 143-164.

Lavoura, L. M. S. (2009). *Poder e subjetivação Segundo Foucault e Deleuze*. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Lemos, A. H. C., Rodriguez, D. A., & Monteiro, V. C. (2011). Empregabilidade e sociedade disciplinar: uma análise do discurso do trabalho contemporâneo à luz de categorias foucaultianas. *Organizações & Sociedade*, 18(59), 567-604.

Loach, K. (2017, janeiro 5). *O Estado cria a ilusão de que, se você é pobre, a culpa é sua*. El País. Recuperado em 2 novembro, 2017, de: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/22/cultura/1477145409_049665.html

Entrevista concedida a Pablo Guimón.

Loach, K. (2016, dezembro 26). *Palma de Ouro em Cannes, novo Ken Loach ataca a segregação econômica*. Recuperado em 2 novembro, 2017, de: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/p-de-pop/palma-de-ouro-em-cannes-novo-ken-loach-ataca-a-segregacao-economica/> Entrevista concedida a Rodrigo Fonseca.

Mansano, S. R. V. & Carvalho, P. R. (2015). Políticas de subjetivação no trabalho: da sociedade disciplinar ao controle. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 651-661.

Penafria, M. (2009, Abril). Análise de filmes – conceitos e metodologia(s). *Anais do Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Lisboa, Portugal, VI.



Pereira, R. D. (2014). *Sobre heróis, coronéis e operários – notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Pogrebinski, T. (2004). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 63, 179-201.

Pontes, N. L. M. T. (2014). *Habitus, maldade e permanência: o problema do mal e os limites do conhecimento sociológico*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Prestes Motta, F. C. (1981). O poder disciplinar nas organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 21(4), 33-41.

Silva, V. J. C. (2016). Sociedade disciplinar no pensamento de Foucault e a sociedade de controle no pensamento de Deleuze-Guattari: o papel da instituição educacional e o controle na infância. *Revista Aurora*, 9(2), 22-42.

Nós, Daniel Blake: uma análise dos dispositivos de dominação e controle

Resumo

Objetivou-se neste artigo analisar os dispositivos de controle da sociedade contemporânea e das relações de poder e dominação observados no filme Eu, Daniel Blake. A análise se deu por meio da perspectiva da sociedade disciplinar de Foucault, visão esta que foi revisitada por Deleuze com o conceito de sociedade de controle. O filme traz alguns desses dispositivos e mostra relações de dominação sob uma determinada classe de sujeitos. A análise corrobora o pensamento deleuziano de que a sociedade disciplinar vem sendo reconfigurada por meio de uma narrativa histórica de controle e dominação. Este filme é um retrato da sociedade atual que mostra como os sujeitos são submetidos a normas comportamentais que trazem sofrimento e miséria humana, mas que, ao mesmo tempo, tentam se estabelecer enquanto donos de sua história por meio da resistência e da luta.

Palavras-Chave

Análise fílmica. Dominação. Poder. Controle.



We, Daniel Blake: An Analysis of Domination and Control Devices

Abstract

The objective of this article was to analyze the mechanisms of control of contemporary society and the relations of power and domination observed in the film *I, Daniel Blake*. The analysis took place through the perspective of the disciplinary society of Foucault, a view that was revisited by Deleuze with the concept of control society. The film brings some of these devices and shows relations of domination under a certain class of subjects. The analysis corroborates the deleuzian view that disciplinary society has been reconfigured through a historical narrative of control and domination. This film is a portrait of contemporary society that shows how subjects are subjected to behavioral norms that bring suffering and human misery, but at the same time try to establish themselves as owners of their history through resistance and struggle.

Keywords

Film analysis. Domination. Power. Control.



Nosotros, Daniel Blake: un análisis de los dispositivos de dominación y control

Resumen

Se objetivó por medio de este artículo analizar los dispositivos de control de la sociedad contemporánea y de las relaciones de poder y dominación observados en la película Yo, Daniel Blake. El análisis se dio por medio de la perspectiva de la sociedad disciplinaria de Foucault, visión ésta que fue revisitada por Deleuze con el concepto de sociedad de control. La película trae algunos de estos dispositivos y muestra relaciones de dominación bajo una determinada clase de sujetos. El análisis corrobora el pensamiento deleuziano de que la sociedad disciplinaria viene siendo reconfigurada por medio de una narrativa histórica de control y dominación. Esta película es un retrato de la sociedad actual que muestra cómo los sujetos son sometidos a normas comportamentales que traen sufrimiento y miseria humana, pero que, al mismo tiempo, intentan establecerse como dueños de su historia por medio de la resistencia y la lucha.

Palabras-clave

Análisis fílmico. La dominación. De potencia. Control.



Autoria

Uiara Lopes Miranda

Mestranda em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Administradora na Universidade Federal de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/3951239551298901>. <https://orcid.org/0000-0001-5859-1964>. E-mail: lopes.uiara@gmail.com.

Juliana Cardoso Amaral

Especialista em Gestão pela Fundação Dom Cabral. Analista de Gestão Administrativa da Cemig Geracão e Transmissão. <http://lattes.cnpq.br/8160458353442560>. <https://orcid.org/0000-0002-5882-2213>. E-mail: jucardosoadm@gmail.com.

Lilian Bambirra de Assis

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. <http://lattes.cnpq.br/0893740952843691>. <https://orcid.org/0000-0002-1475-4183>. Email: lilianbassis@hotmail.com.



Endereço para correspondência

Uiara Lopes Miranda. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Recursos Humanos. Av. Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 31270901. Telefone: (31) 34093245, ramal 3245.

Como citar esta contribuição

Miranda, U. L., Amaral, J. C., & Assis, L. B. (2018). Nós, Daniel Blake: uma análise dos dispositivos de dominação e controle. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(14), 1265-1313.

Contribuição submetida em 6 out. 2017. Aprovada em 21 jun. 2018. Publicada online em 10 fev. 2019. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 5 | N. 14 | DEZEMBRO | 2018 | ISSN: 2358-6311